**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIRETORIA GERAL NO ANO DE 2018**

No âmbito da Diretoria Geral no ano de 2018 foram realizados os seguintes atos:

I - quanto à administração de pessoal:

1. deu posse e exercício a diversos servidores do Ministério Público, inclusive àqueles nomeados para cargos em comissão, bem como de direção e chefia, excetuando-se os membros;
2. aprovou a indicação ou designação de funcionários ou servidores para responder pelo expediente das unidades subordinadas, bem como de substitutos de cargos, funções-atividades ou funções de serviço público de direção, chefia ou encarregatura;
3. autorizou a convocação de funcionários e servidores para a prestação de serviços extraordinários, bem como a participação em cursos e eventos;
4. autorizou o deslocamento de servidores;
5. autorizou o pagamento de diária a funcionários, servidores e membros;
6. autorizou o pagamento de transportes a funcionários e servidores e ajuda de custo;
7. autorizou a aquisição de passagens aéreas para funcionário ou servidor e membros a serviço dentro do País;
8. autorizou horários especiais de trabalho, incluindo o de estudante e a redução de jornada;
9. autorizou o gozo de férias não-usufruídas no exercício correspondente;
10. convocou, quando cabível, funcionário ou servidor para prestação de serviço em Jornada Completa de Trabalho, observada a legislação pertinente;
11. decidiu, nos casos de absoluta necessidade dos serviços, sobre a impossibilidade de gozo de férias regulamentares;
12. concedeu licença a funcionários para tratar de interesses particulares;
13. concedeu adicionais por tempo de serviço e sexta-parte;
14. concedeu licença-prêmio a servidores, funcionários e membros;
15. autorizou o gozo de licença prêmio a servidores e funcionários;
16. publicou a distribuição quantitativa e qualitativa de cargos e funções nas respectivas unidades administrativas subordinadas, em função da necessidade de serviço;
17. deferiu a averbação de tempo de serviço anterior público ou particular a funcionários e servidores do Ministério Público;
18. expediu títulos de nomeação, apostilas de nomenclatura de cargos e de aposentadoria, relativas aos membros do Ministério Público;
19. concedeu licença-saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, Licença-gestante, licença-paternidade, licença para casamento, licença por luto, licença adoção e outros casos previstos na legislação aplicável, aos membros e servidores do Ministério Público na forma da Lei;
20. autorizou servidor a residir em município diverso ao do local de exercício;
21. deferiu pedido de incorporação de gratificação de representação nos termos da Lei Complementar n° 813, de 16 de julho de 1996;
22. autorizou o usuário ou servidor, em serviço regular, a dirigir veículo oficial, desde que legalmente habilitado.

II - quanto à questão disciplinar:

1. determinou a instauração de processo administrativo ou sindicância, inclusive para apuração de responsabilidade em acidentes com veículos oficiais;
2. ordenou ou prorrogou a suspensão preventiva de funcionário ou servidor, até 30 (trinta) dias; (ato 1035/2017)
3. aplicou pena de repreensão e suspensão, limitada a 30 (trinta) dias, bem como converter em multa a suspensão aplicada;

III - quanto a administração financeira e orçamentária:

1. elaborou a proposta orçamentária do Ministério Público, com dotação própria, devidamente instruída e quanto à sua aplicação e execução submetendo-a à apreciação do Procurador-Geral de Justiça;
2. autorizou despesa dentro dos limites impostos pelas dotações liberadas para as respectivas unidades de despesas bem como firmar contratos, quando for o caso;
3. autorizou a alteração de tabelas explicativas e de distribuição de recursos orçamentários;
4. autorizou adiantamento;
5. autorizou a liberação, restituição ou substituição de caução em geral e de fiança, quando dadas em garantia de execução de contrato;
6. autorizou o reembolso a membros do MPSP de despesas com aquisição de livros jurídicos.

IV - quanto aos assuntos relativos à licitação:

1. assinou editais e contratos administrativos;
2. autorizou sua abertura, dispensou ou declarou a inexigibilidade;
3. Designou e alterou, quando necessário, a comissão julgadora;
4. homologou o processo licitatório e adjudicou o objeto da licitação;
5. decidiu os recursos;
6. autorizou a alteração de contrato, inclusive a prorrogação de prazo;
7. designou funcionário para recebimento do objeto de contrato;
8. autorizou a rescisão administrativa ou amigável do contrato;
9. aplicou penalidade administrativa, quando o caso.

V - quanto à organização dos serviços administrativos da Instituição, visando à modernização administrativa, aprovou e encaminhou ao Procurador-Geral de Justiça as propostas de alterações da estrutura administrativa do Ministério Público, bem como a informatização da gestão patrimonial da Instituição (SAM).

VI - quanto às atividades gerais:

1. assistiu o Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas funções;
2. propôs o programa de trabalho das unidades subordinadas e as alterações que se fizerem necessárias, tal como ocorreu na implementação das prestações de contas eletrônicas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - AUDESP;
3. coordenou, orientou e acompanhou as atividades das unidades subordinadas;
4. baixou normas de funcionamento das unidades subordinadas;
5. solicitou informações a outros órgãos ou entidades;
6. encaminhou papéis, processos e expedientes diretamente aos órgãos competentes para manifestação sobre os assuntos neles tratados;
7. decidiu os pedidos de certidões e vista de processos administrativos;
8. despachou o expediente da Diretoria-Geral com o Procurador-Geral de Justiça;
9. propôs ao Procurador-Geral de Justiça normas de funcionamento das unidades subordinadas, fixando-lhes as áreas de atuação, quando for o caso;
10. visou extratos para publicação na imprensa oficial.
11. concedeu licença para estagiários do Ministério Público para tratar de interesse particular;
12. presidiu os procedimentos administrativos de autorização de aquisição de armas e munições de uso restrito aos membros do Ministério Público;
13. decidiu sobre a compra de imóveis para a Instituição, locação, reforma e ampliação, bem como sobre o provimento de materiais e equipamentos necessários ao regular funcionamento.